

Formação Permanente 2021



Chamados à solidariedade.

**O voluntariado missionário,
fator de diálogo.**



CHAMADOS À SOLIDARIDADE.
O VOLUNTARIADO MISSIONÁRIO, FATOR DE
DIÁLOGO UNIVERSAL

Cada ano, milhares de pessoas, em sua maioria jovens, vão a outros países onde há realidades sociais de pobreza e exclusão para viver uma experiência de missão, acolhidos por uma paróquia, comunidade religiosa, diocese. É uma experiência em alta, por se tratar de uma interpelação constante da Igreja, já que as instituições eclesiais devem estar abertas a esta realidade e devem fomentar canais de comunicação viável, se querem dialogar universalmente com a cultura atual. Pois a solidariedade não conhece fronteiras religiosas nem instituições.

É verdade que, em sua maioria, se trata de experiências curtas, de algumas poucas semanas, contudo alguns estarão aí por um ano ou mais. Em certas ocasiões, ditas experiências são realizadas de forma individual e sem o amparo de uma organização, devido a relação ou conhecimento pessoal entre a pessoa que se dispõe e quem a acolhe. Entretanto, na maioria dos casos, são promovidas por dioceses, paróquias e, sobretudo, por ONGs da Igreja.

É possível canalizar um verdadeiro compromisso cristão através destas experiências? Ou, é possível voltar a um compromisso cristão autêntico a partir de uma destas experiências, de forma que o espírito oblato experimentado por tantas pessoas se abra e dialogue com a transcendência? É possível conhecê-las profundamente para dialogar com a cultura e a realidade de nosso tempo?

Minha resposta é absolutamente afirmativa. Estas experiências missionárias sempre sacodem, quando não removem, nosso interior, e essa afetação da vida pessoal pode (*deveria*, da perspectiva da organização que

as propõe) conduzir ao compromisso cristão, pois são veículo de interrelação e comunicação.

Preferi mostrar diretamente como conclusão final para, a partir daí, me centrar em como e quando as experiências missionárias têm maiores possibilidades de transformar a vida de quem as realiza e impulsioná-lo ao compromisso.

Minha resposta afirmativa às perguntas anteriores está baseada em minha própria experiência de mais de vinte anos organizando e levando a cabo este modelo de experiências missionárias. Os dados derivados desta realidade, através do seguimento e do estudo pós-experiências oferecidas e realizadas pelas organizações, efetivamente determinam que as experiências missionárias estão conduzindo ao crescimento de um compromisso cristão, mas com uma porcentagem não superior a 40% e, para muitas organizações, em um processo decrescente.

Por isso, é crucial refletir sobre as condições e as características apontadas na pessoa que realiza tal experiência, na organização promotora, e na própria experiência proposta, para que seja verdadeiro germen de compromisso missionário.

Não obstante, creio ser preciso, antes de entrar nesta reflexão, esclarecer qual a alusão no uso de alguns conceitos, tão demasiadamente usados, muitas vezes, no contexto eclesial e na sociedade em geral, não significando a mesma coisa.

ALGUMAS DEFINIÇÕES PRÉVIAS

As definições descritas a seguir não pretendem ser definitivas, nem, menos ainda, algo que deva ser partilhado por todos, mas simplesmente como entendo estes conceitos e distingo entre eles.

Missão: referir-me-ei a este termo durante todo o texto como “a ação em favor da justiça e a participação na transformação do mundo, uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, ou seja, da missão da Igreja”, tal como foi dito no Sínodo dos bispos de 1971.

Experiência missionária: trata-se de uma atividade promovida por uma entidade, tendo entre seus fins a ação missionária (incluindo a cooperação ao desenvolvimento) realizada em um país de missão (principalmente um país empobrecido) onde a entidade está presente, podendo ser realizado em equipe ou individualmente e aonde a pessoa a realizá-la se integra através

de uma tarefa concreta, previamente estabelecida, no labor missionário da entidade nesse país.

Turismo solidário: trata-se de uma atividade de lazer alternativo ou não convencional, podendo ser promovida por uma entidade em cujos fins está também a ação missionária, mas além disso pode ser preparada com outro modelo de organizações ou pelo/s próprio/s sujeito/s que deseja/m realizar a atividade, desenvolvida em um ou vários países do Sul (principalmente países empobrecidos), realizada geralmente em grupo e onde a pessoa visita e conhece em primeira mão, lugares, pessoas e atividades relacionados com o trabalho missionário ou social¹.

Voluntário: este não recebe remuneração pelo trabalho realizado. Seu vínculo com a organização onde trabalha é por vontade própria, levando-lhe a se comprometer. Trata-se, pois, de um vínculo considerado “inseguro”. De acordo com essa definição, não é considerado voluntário aquele que realiza a atividade individualmente, sem se integrar em uma organização.

Cooperador: este recebe um salário pelo trabalho a ser realizado. Seu vínculo com a organização onde trabalha é um contrato laboral. Este é, pois, o vínculo habitual na sociedade de mercado onde vivemos.

Missionário: este está integrado em uma organização ou em uma estrutura com identidade e carisma determinados, para viver sua opção de vida. É sustentado por uma organização e o vínculo estabelecido com esta responde a uma opção de vida definitiva, podendo ser manifestado de diferentes formas documentais.

Como podemos observar, os três últimos termos, antes de serem definidos, são diferenciados para serem facilmente identificados na prática. Isto é importante, porque, atualmente, é difícil estabelecer diferenças entre eles por causa do trabalho realizado, podendo ser, perfeitamente, o mesmo.

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DO CONTEXTO SOCIAL

Uma vez colocada a referência citada por mim, utilizando cada um destes conceitos, a seguir dedicarei um breve comentário aos aspectos mais relevantes do marco social onde estão inseridas tanto as pessoas próximas destas experiências quanto as organizações missionárias.

¹ A fronteira entre a experiência missionária e o turismo solidário não costuma ser tão clara como mostram as definições aportadas. Por isso foram cunhados coloquialmente entre as organizações promovedoras de experiências missionárias termos tais como “turismo pastoral” ou “brigadas de trabalho”.

O primeiro aspecto relevante é o modismo da solidariedade e do voluntariado. Neste sentido existe um esforço da sociedade no favorecimento da adoção de atitudes e compromissos solidários. É, portanto, bem-visto socialmente, tem um reconhecimento social das pessoas e, em menor grau, das organizações solidárias. Pelo contrário, o uso da palavra solidariedade foi generalizado, até ser utilizado para quase tudo: a esmola, a benevolência, a beneficência, expressas como solidariedade; há também atividades comerciais “solidárias”, marketing solidário ou com motivo, tele maratonas solidárias... Por isso, não me parece demais lembrar novamente aqui que a solidariedade é “a firme e constante determinação de se empenhar pelo bem comum”, nas palavras de João Paulo II. Como podemos ver, não é qualquer coisa, nem menos ainda fácil ou cômoda.

O segundo aspecto a ser levando em conta é a promoção ativa do voluntariado em nossa sociedade pelos poderes públicos, o qual é chamado de o “Terceiro Setor”, e onde estariam incluídas as organizações missionárias. O bom é que um agente social principal como o Estado apoia as pessoas desejosas de trabalhar pela missão e as organizações missionárias. Especialmente importante é este apoio às realidades com cobertura legal, sanitária etc., onde se conseguem estas experiências, oportunidades de formação, de intercâmbio de experiências, de divulgação e de difusão. O preocupante é o Estado, que ao realizar esta ousada política de apoio contribui para manter a permanência do modelo de sociedade de mercado em que vivemos, a fim de controlar e orientar o interesse solidário das pessoas.

O voluntariado e as organizações do Terceiro Setor apresentam a “rosto amável” do sistema. Mediante sua orientação “encobrem” as deficiências assistenciais do “Estado do Bem-estar” e, através de seu controle, limita sua real capacidade de transformação da sociedade.

Por outra parte, os poderes públicos, através da regulação das ações, condicionam e orientam o que se entende por voluntariado e as atividades que este pode desenvolver. Também priorizam alguns setores ou problemáticas sociais, às vezes a curto prazo, de acordo com a conveniência política. Para tudo isso o Estado emprega, na mais pura lógica do mercado, muito dinheiro.

O terceiro aspecto que eu gostaria de destacar é a laicização da sociedade. O homem cada mais repudia a Deus. Essa imparável dinâmica a penetrar a sociedade em todos seus aspectos e facetas, na educação, na expressão cultural e artística etc., traz como consequência uma diminuição constante

das vocações à vida consagrada e um interesse cada vez maior na participação de atividades solidárias como meio de preencher o vazio produzido no homem pela renúncia de seu ser transcendente. Uma dimensão que lhe é consubstancial.

A ausência de Deus na vida das pessoas faz com que estas acudam, em grande número, empurradas também pela corrente social imperante, às atividades solidárias como calmante do vazio pessoal. As organizações eclesiais estão acolhendo, pois, em seu voluntariado cada vez a um número maior de não crentes, levando-as a enfrentar uma situação nova que exige reflexão e decisões.

Um quarto aspecto, próprio da sociedade atual, que mediatiza enormemente a relevância destas experiências missionárias para mover a transformação pessoal e o compromisso, é a cultura do efêmero e a imediatez. Para explicar o que digo, permito-me reproduzir aqui algumas palavras certas de José A. Pagola. Segundo ele, na sociedade atual se

institucionalizou o consumo, a sedução dos sentidos, a variação rápida de formas, a proliferação de novos modelos, a criação em grande escala das necessidades artificiais, a organização social da aparência, em definitiva, a generalização do efêmero. Cultiva-se o gosto pelo novo e diferente mais que pelo verdadeiro e bom. As consciências se movem sob o império do superficial e do caduco.

A ditadura da moda cria todo um estilo de viver na mobilidade e a mudança permanente. Troca-se de TV ou de carro, mas também se troca de parceiro e a maneira de pensar. Nada é absoluto. Tudo é efêmero, móvel e instável. Cresce a inconsistência e a frivolidade. O imediato prevalece sobre a fidelidade. Vive-se a ideologia do automático. Nada permanece, nada se arraiga. Mingua a paixão pelas grandes causas e cresce o entusiasmo pelo passageiro. Escravo do efêmero, o ser humano já não conhece nada firme e consistente sobre onde edificar sua existência.

A cultura moderna se converte assim em uma cultura da "intranscendência", que atrela a pessoa ao "aqui" e ao "agora" fazendo-a viver só para o imediato, onde dificilmente cabe o compromisso. É uma cultura do "divertimento" arrancando a pessoa de si mesma, fazendo-a viver no esquecimento das grandes questões que o ser humano leva em seu coração.

Finalmente, um quinto aspecto de relevância é a diminuição das vocações à vida consagrada, principal depositário, embora não único, do apelo missionário. Esta queda tem, entre suas causas nas sociedades atuais, especialmente nos países avançados, a anteriormente mencionada laicização da sociedade.

Queiramos ou não, este fato produz nas organizações eclesiais, e nas missionárias, uma urgência para garantir o futuro das "obras" missionárias (mais que da própria missão) através dos leigos, algo muito presente na

aproximação destes por meio, embora não só, das experiências missionárias.

Neste sentido, há congregações missionárias (principalmente masculinas) que, ante a falta de vocações nativas, quantitativa e “qualitativamente” esperadas, e o envelhecimento dos missionários, sem possibilidade de apelar às gerações posteriores de consagrados, estão realizando prospectivas de futuro onde se conclui que a obra missionária, tal e como a conhecemos, ou seja, sustentada fundamentalmente por europeus ou americanos, não durará em muitos lugares do mundo, e particularmente na África, não indo além dos próximos 10 ou 20 anos.

Ao mesmo tempo percebem que seus consagrados nativos não poderão assumir a “obra” nesse pequeno espaço de tempo e, portanto, é preciso buscar uma solução adequada capaz de estender o período de adaptação que estes precisam.

Uma das soluções surgidas com força consiste em pôr em marcha programas a meio-longo prazo, permitindo a participação dos leigos, seja como voluntários, seja como cooperadores. A partir da perspectiva destas análises, isto permitiria dilatar o período necessário de transição-reestruturação talvez por outros dez anos a mais.

Como podemos notar, os elementos do contexto reforçam, sem dúvida, a necessidade de refletir sobre as experiências missionárias que nós oferecemos, inclusive ir além de que estas possam conduzir ou não ao compromisso missionário. Para mim, com certeza, são as próprias estruturas da missão que estão em debate.

Vejamos a seguir quais as experiências missionárias estamos oferecendo às estruturas eclesiais, em geral, e a família agostiniana recoleta, em particular.

QUAIS EXPERIÊNCIAS MISSIONÁRIAS OFERECEMOS?

Poder-me-ia referir à oferta própria de ARCORES, mas me parece mais pertinente trazer aqui características tiradas do Documento Marco do Voluntariado de REDES².

Voluntariado internacional sem uma continuidade temporal

Existem experiências em que a responsabilidade encomendada à pessoa voluntária não precisa de uma continuidade temporal, além de um período relativamente curto. Comumente, estas experiências não passam de seis meses e em sua maioria costumam se realizar coincidindo com o período das férias de verão.

Neste modelo de experiências, o objetivo principal não é tanto a ajuda concreta que se pode dar durante esse curto período, mas a tomada de consciência de uma realidade quase desconhecida para a pessoa voluntária, impulsionando-a a tomar decisões podendo levá-la a uma mudança de vida. Um exemplo desta natureza de voluntariado internacional poderia ser o de um campo de trabalho (só ser realizado no verão, mas pode ser em qualquer época). Durante este período, a pessoa voluntária se incorpora a algumas atividades concretas já desenvolvidas antes de sua chegada e que, muito provavelmente, continuar-se-ão realizando depois de sua ida. Neste caso a experiência missionária é realizada em grupo.

Outro modelo, especial, de voluntariado internacional, sem a necessidade de uma continuidade temporal, seria o caso de um serviço muito concreto, que tem uma duração mui determinada e um objetivo principal mui específico (dar um curso curto, dar uma assistência técnica concreta etc.). Neste caso, o objetivo principal seria naturalmente a ajuda concreta prestada pela pessoa voluntária, e a experiência sói ser individual.

Condições orientativas para este modelo de experiência missionária seriam:

- ✓ Ser maior de 18 anos.
- ✓ Ter uma personalidade equilibrada.

² REDES: Rede de Entidades para o Desenvolvimento Solidário. É um agrupamento constituído na atualidade por 47 organizações ativas em Cooperação ao Desenvolvimento, em sua maioria vinculadas a congregações religiosas.

- ✓ Ter maturidade afetiva.
- ✓ Ser tolerante, honesto, com senso comum e espírito aberto, e com energia para atuar mesmo no cansaço, bem como nas mudanças e nos fracassos.
- ✓ Ter disposições para o trabalho em grupo.
- ✓ Participar ativamente das atividades de formação que, com esse fim, se desenvolvem na organização que lhe envia.
- ✓ Mostrar respeito pelos valores e crenças tanto da organização pela qual o mandou como pela organização que o recebe.
- ✓ Comprometer-se em voltar após o término do período estabelecido.
- ✓ Comprometer-se em participar da avaliação da experiência.

Voluntariado internacional que sim precisa de uma continuidade temporal

Por outro lado, existem experiências nas quais a responsabilidade que se pretende encomendar à pessoa voluntária, naturalmente, precisa de uma continuidade temporal mínima, indo além de um período relativamente curto. Este modelo de voluntariado, devido à sua maior continuidade temporal, facilita uma maior integração em seu destino e possibilita a ascensão de responsabilidades, que requerem de uma continuidade temporal.

Esta experiência sói ser realizada individualmente e sua duração está ligada à tarefa específica a ser realizada. Normalmente é de, ao menos, um ano de duração.

Exemplos deste modelo de experiência missionária poderiam ser incorporados como professor em um centro educativo, como pessoal clínico em um programa de saúde ou realizar a gestão de projetos de desenvolvimento.

Condições orientativas para este modelo de voluntariado seriam:

- ✓ Ser maior de 22 anos.
- ✓ Ter uma personalidade equilibrada.
- ✓ Ter maturidade afetiva.
- ✓ Ser tolerante, honesto, com senso comum e espírito aberto, e com energia para atuar mesmo no cansaço, bem como nas mudanças e fracassos.

- ✓ Participar, ativamente, nas atividades de formação que, com esse fim, se desenvolvem na organização a qual foi enviado.
- ✓ Ter título acadêmico ou capacitação profissional, de acordo com a atividade a ser desenvolvida.
- ✓ Ter capacidade suficiente para assumir a responsabilidade encomendada.
- ✓ Mostrar respeito aos valores e às crenças, tanto pela organização que o envia como por aquela que vai recebê-lo.
- ✓ Ter vivido antes alguma experiência de voluntariado, preferencialmente em algum país de missão.
- ✓ Comprometer-se a voltar depois de acabado o período estabelecido.
- ✓ Comprometer-se em participar da avaliação da experiência.

Na grande maioria das organizações, a presente oferta permite a incorporação tanto de pessoas crentes como não crentes, mas em ambos os casos e para ambos os modelos de experiências há um objetivo comum, além do trabalho a ser realizado: conseguir com que, depois da transformação vital propiciada através da experiência de voluntariado, estas pessoas se convertam em agentes sensibilizadores em seu círculo familiar, laboral e amical, exercendo assim um efeito multiplicador de transformação social.

De agentes sensibilizadores até o compromisso missionário ou social, que seria o propósito último das experiências missionárias, há um trecho, que a pessoa percorre se esta encontra as condições adequadas para isso, que em grande medida pode ser facilitado, como veremos, pela organização que oferta experiência.

ASPECTOS CHAVES PARA QUE UMA EXPERIÊNCIA MISSIONÁRIA LEVE AO COMPROMISSO

Entramos em cheio no nó górdio da reflexão. Trata-se de identificar as questões chaves para que as experiências missionárias tenham a maior probabilidade de levar ao compromisso missionário. Igualmente, estas chaves servirão para limitar, quanto possível, os não poucos, nem pequenos, efeitos negativos das más experiências missionárias, tanto para a pessoa voluntária, como para a organização ou comunidade anfitriã e para a entidade promotora.

Uma má experiência missionária normalmente produz na pessoa um rechaço capaz de levá-la a evitar qualquer compromisso posterior e anular os efeitos transformadores que a experiência possa ter em sua vida pessoal.

Para a organização ou comunidade de acolhida, os efeitos de uma má experiência missionária podem ser também graves. Às vezes, a presença e comportamento dos voluntários/cooperadores repercute em uma imagem ruim ou em um descrédito da comunidade acolhedora. Às vezes, o efeito é no interior da comunidade, criando conflitos entre seus membros e com os voluntários-cooperadores, atingindo de várias formas os consagrados nativos e os missionários.

Para apresentar os aspectos chaves, detenho-me nos três sujeitos interventores da experiência missionária: o voluntariado/cooperador; a organização promotora da experiência; a entidade ou comunidade acolhedora do voluntário ou cooperador.

Aspectos chaves no voluntário / cooperador

A motivação: A pessoa deverá ter claro quais motivações a impulsionam a ser voluntário-cooperador e, melhor ainda, a ser voluntário missionário.

Algumas possíveis motivações são:

- ✓ Por seu próprio processo de amadurecimento missionário.
- ✓ Por solidariedade e convicção de que outro mundo é possível.
- ✓ Por crenças religiosas.
- ✓ Porque crê na transformação da sociedade e quer fazê-lo.
- ✓ Por seus valores e ideais de justiça e paz.
- ✓ Porque juntos podemos fazer muito mais.
- ✓ Porque tenho tempo de sobra e não sei o que fazer.
- ✓ Para ampliar relações e conhecer pessoas. Para vencer a solidão.
- ✓ Porque preciso sentir que pertenço a um grupo.
- ✓ Para fugir de meus problemas e/ou como terapia de recuperação psicológica.
- ✓ Por vazio, insatisfação ou fastio da vida.
- ✓ Para provar coisas novas.
- ✓ Por autogratisficação pessoal: muito comum nos voluntários expatriados que “vão para salvar o mundo”.

As motivações normalmente são “puras”. Sempre há uma combinação múltipla. No caso do cooperador, pode ter alguma ou algumas das motivações citadas acima, além de outras duas que costumam ser as

motivações principais: necessidade de trabalho e de um compromisso constante com um processo vital.

A primeira se vê favorecida por ser o *Terceiro Setor*, um dos “novos depósitos” de emprego, com um forte potencial de crescimento³. Numerosos agentes induzem a determinados coletivos: a juventude, a mulher e os imigrantes dos países empobrecidos, a procurar trabalho em ONGs. Entre estes agentes destacam-se: o Estado e as administrações públicas autonômicas e locais (que criam também seus próprios postos), a universidade e outras entidades privadas de formação.

A segunda é potencializada sobretudo pelas experiências prévias de voluntariado, pela pertença a grupos, movimentos ou comunidades cristãs. Mas também podem ajudar condicionantes externos, como a já mencionada laicização da sociedade.

Com certeza, é muito importante que a própria organização promotora da experiência, seja esta uma paróquia, diocese, congregação ou uma ONG, saiba qual é a motivação do voluntário/cooperador e realize uma boa seleção, pois a motivação idônea, **quase** que a única, no meu entendimento, a permitir ao voluntário/cooperador ter uma experiência missionária em vista de um compromisso cristão posterior, como fruto de um discernimento dentro de um processo de amadurecimento pessoal.

Não obstante, é difícil que o voluntário/cooperador seja realmente sincero nesta questão, o qual dificulta, porém torna-se mais necessário, realizar um bom processo de seleção.

Sim, as motivações pelas quais o voluntário/cooperador busca primordialmente um remédio ou um benefício para si mesmo não são adequadas para ser voluntário missionário. Este é o aspecto fundamental da pessoa que solicita a experiência missionária. Ter pessoalmente clara a motivação e dizê-la sinceramente à organização acolhedora, serão fatores de êxito.

Há outros aspectos a serem levados em conta, também pensados e definidos previamente, pela pessoa que vai fazer a experiência missionária. São aspectos mais práticos, quase requisitos ou condições para fazer a experiência, porém, às vezes, são apresentados supostamente ou não são levados em consideração suficientemente nem pela pessoa, nem pela organização promotora. Destacá-los-ei a seguir:

³ Atualmente quase 3,5% do emprego na Espanha são proporcionados pelas associações, fundações e outras entidades sem fins lucrativos. Esther Camuñas. www.consumer.es.

- ✓ Estar disposto a se integrar em equipe. O voluntário não pode nem deve jamais trabalhar por sua própria conta. Não é um “franco-atirador”. Seu trabalho deve ser em uma equipe e ele deve estar disposto a se integrar nela. Em outro caso, o voluntário acabará “queimado” e seu trabalho prejudicará os possíveis beneficiários. O individualismo é oposto à ação missionária. A pessoa deve se inserir em um processo em que as coisas já são realizadas e deve pensar naqueles que as continuarão. Além disso, implica trabalhar de forma organizada, com objetivos e estando disposto a avaliar seu trabalho.
- ✓ Logicamente, o outro lado da moeda é que a organização nunca deve oferecer as experiências de voluntariado missionário sem a adequada organização, planejamento e avaliação. Tampouco deve pôr o voluntário no desempenho de seu trabalho, em uma situação de “isolamento”, algo que, pelas ‘urgências’ da missão, não é tão incomum.
- ✓ Ter disponibilidade concreta. A pessoa deve refletir e, prudentemente, decidir quanto tempo pode ou deseja dedicar a seu trabalho de voluntariado/cooperação e concretizá-lo o mais possível: sejam dias, meses ou, inclusive, anos. Se não se há o mínimo de disponibilidade de tempo ou forçosamente parecer impreciso, é melhor não insistir na realização da experiência. Quantas vezes, sem embargo, as organizações, à força de flexibilizar, organizamos grupos para estâncias curtas de verão, aonde duas pessoas vão antes e três vão depois! Algumas pessoas estarão três semanas, outras quatro, outras todo o tempo, e cada uma volta para o seu lado. São fundamentais a continuidade e a perseverança no compromisso.
- ✓ Saber qual é a contribuição: em que queremos nos comprometer. Oportunidades para ajudar e colaborar e campos de ação há muitos. É importante discernir pessoalmente que efetivamente o que queremos é colaborar em cooperação ao desenvolvimento ou com a missão *ad gentes*. O voluntário “tanto faz” costuma ser problemático. Também é importante saber quais atividades prefiro realizar: administrativas, técnicas, especializadas... Quanto mais claro estes aspectos estiverem a nível pessoal e melhor forem explicados à organização anfitriã, mais frutífera será a experiência de voluntariado/cooperação. Quanto menor for reflexo do particular, maior a tendência de “provar” e mais arriscado será o compromisso.

Neste sentido, há uma dificuldade sociológica adicionada, que muitas organizações vimos percebendo nos últimos anos, qual é o

“consumo de experiências”. Nesta sociedade de consumo, os jovens e os não tão jovens se acostumaram a escolher quase à *La carte*: estudos, ócio, relações... tudo! Muitos nos pedem para participar em uma experiência missionária sem um objetivo maior, apenas para constar em sua lista de experiências pessoais.

- ✓ Reunir as condições. Em primeiro lugar, físicas. Isto supõe ser consciente das limitações e, no caso, das enfermidades, e a possibilidade de tratamento durante a experiência. Além disso, é preciso ser uma pessoa equilibrada psicológica e afetivamente. O voluntariado não é uma forma de terapia nem um refúgio. É importante também, e muitas vezes não se dá a importância, ter garantidas as necessidades básicas. É difícil o dom pessoal gratuito em condições de socioeconômicas precárias. Neste sentido, as organizações deveriam desencorajar o futuro voluntário se este não percebe.
- ✓ Saber onde a pessoa deseja ser voluntário/cooperador. A experiência missionária dar-se-á em uma organização. É fundamental que o voluntário/cooperador conheça bem a organização que o acolhe: identidade, fins, campo de ação etc., e logicamente a sintonia com ela.

Aspectos chaves na organização promotora da experiência missionária (ONG, congregação, movimento, grupo etc.)

São quatro as questões chaves, no meu entendimento, na organização promotora das experiências missionárias.

Ter uma política clara a respeito

É, sem dúvida, o primordial a partir do ponto de vista da organização. Quero oferecer experiências missionárias? Por quê? Para quê? Segundo os objetivos da organização, deverá definir algumas modalidades de experiência missionária e, além disso, para cada uma delas deverá providenciar meios e recursos necessários, também econômicos.

Logicamente, não é igual uma experiência missionária cujo objetivo é fomentar o compromisso posterior com a própria organização, do que aquela pretendida como uma nova maneira, adaptada aos tempos em que vivemos, de levar adiante a ação missionária. Para cada uma delas, será preciso oferecer uma experiência distinta, com condições distintas e diferente necessidade de meios e recursos.

Nesta política, a resposta a estas perguntas é, muitas vezes ambígua, vaga e, na maioria das vezes, embora seja clara, não é avaliada constantemente as experiências com o passar do tempo. Neste sentido, é desejável revisar e avaliar a política do voluntariado da organização a cada cinco ou seis anos.

Um dos perigos que corremos, sem dúvida, é responder afirmativamente, levados pela pressão social imperante (“todo o mundo tem voluntariado”; “todo o mundo oferece experiências missionárias”) ou pelas possíveis vantagens adquiridas, por promover experiências de voluntariado/cooperação, em particular: visibilidade social, reconhecimento e/ou dinheiro da Administração Pública ou do setor empresarial.

Proporcionar formação específica preparando para a experiência

Quiçá este seja o aspecto no qual a opinião sobre sua importância é mais unânime. A enorme e variada oferta de formação disponível o mostra. Não obstante, há duas questões que toda organização precisa ter claras: qual a formação mínima meus voluntários/cooperadores devem ter para cada experiência missionária, e a exigência irrenunciável de que a pessoa tenha feito a formação. Nelas, as organizações missionárias costumam falhar em duas coisas. Não costumamos definir a formação mínima e seus conteúdos, e caso tenhamos definido qual formação queremos para cada um de nossos voluntários/cooperadores, depois, pela urgência da tarefa ou por garantir que a própria experiência missionária seja levada a cabo, na maioria dos casos, não a exigimos.

A respeito da formação mínima, esta deve se esboçar de tal forma que não só aporte conhecimentos práticos sobre a região geográfica para onde se vai, a tarefa a ser realizada, o conceito de missão e/ou cooperação a ser realizada ou outras informações práticas, mas também de maneira a ajudar as pessoas a discernir e explicar suas motivações e ações. O processo de formação se torna assim uma ferramenta muito útil para realizar a necessária seleção das pessoas aptas para a experiência.

Também a formação deve aproveitar para transmitir claramente informação básica sobre a organização promotora, sobre os objetivos a serem alcançados com a experiência missionária e sobre ações mantidas e os compromissos que a pessoa adquire ao fazer a experiência com a organização. Como exemplo ilustrativo refletiremos, a seguir, sobre as ações básicas e compromissos que ARCORES pede a seus voluntários,

participantes nas experiências de voluntariado missionário de curta duração⁴.

Estar em cooperação, como advertia São Vicente de Paulo, é mais importante como se dá que o que se dá. As ações básicas que veremos, a seguir, são as emanadas das reflexões prévias e da experiência própria de anos no Voluntariado Internacional, e das entidades de REDES.

Dos objetivos e compromissos

- O encontro é a chave e o propósito: ver, ouvir, gostar, cheirar, tocar..., calar, refletir e interiorizar.

O projeto de voluntariado é uma oportunidade, um privilégio, que temos de entrar em contato direto com uma realidade concreta de algumas pessoas, um povo, um país empobrecido que luta por seu desenvolvimento.

Devemos aproveitá-la ao máximo. Estar alertas e abertos para receber por todos os sentidos. Deixar-se atingir pela realidade e pelas pessoas. Viver com intensidade a presença e a proximidade dos outros e sua realidade. É uma oportunidade para aprender, aproveitá-la.

No trabalho voluntário se recebe mais do que se dá, se os poros estão abertos e se aproveita a enorme sorte de viver imerso em outra cultura. Não poderá ser feito se estás imerso só em ajudar, em fazer coisas, em olhar trabalhos, tarefas.

É a oportunidade para compreender outra cultura e outros valores. Além do mais, podes contemplar tua cultura de procedência com distância, com outro olhar, oportunidade única para aprender de teu país e de ti mesmo.

Este é nosso verdadeiro protagonismo: ser testemunhas, para poder ser propagadores e sensibilizadores.

- Reflexões sobre o trabalho a ser feito: nosso trabalho é importante, mas não é o importante.

É importante trabalhar no que nos encomendam, como equipe, com alegria e pondo o melhor de nós mesmos (profissionalidade). Mas as perguntas: para que serve nosso trabalho? Por que nos pedem trabalhar ou fazer tal ou qual tarefa? Isto não poderia ser feito pelas pessoas daqui? etc., não são importantes. São estéreis e prescindíveis. Só se dirigem a nossa própria autossatisfação utilitarista.

⁴ Documento *Ações Voluntariado ARCORES Espanha*, incluído dentro da *Oferta Voluntariado ARCORES Espanha*.

Não somos imprescindíveis. Graças a nós, pouca coisa será feita nesses 30-40 dias. Não estamos aqui para “salvar” ninguém. Viemos para colaborar, para deixar nosso coração se converter pela presença concreta do outro que sofre e ao qual queremos ajudar. Somos testemunhas. Essa é nossa razão de estar.

As pessoas não valorizam nosso trabalho. Valorizam nossa presença. Nossa renúncia em outro modo de descanso por nos aproximar deles, por estar com eles, por partilhar com eles, e por ser fonte de transmissão e motivo de esperança, pois reconhecem em nós o rosto de um aliado que estará com eles no futuro colaborando com seus esforços de desenvolvimento.

Algumas chaves para nosso trabalho

- Ajuda à comunidade local que te acolhe para protagonizar o projeto.

Há que trabalhar bem, sim, mas sempre e quando essa atuação seja entendida e partilhada pela comunidade local. Caso contrário, é preferível fazer algo que, a juízo do voluntário, e não tem por que ser o melhor juízo, pode ser pior, se assim for a vontade da comunidade. O futuro de cada lugar deve ser decidido pelos habitantes e instituições desse lugar. Devemos fugir da hiper solidariedade, da hiper laboriosidade, do hiper paternalismo.

- Estimular na comunidade local o crescimento da confiança em si mesma e sua autoestima.

Durante o tempo em que estivermos na comunidade, ao encontrarmos as pessoas devemos fazer o esforço para valorizá-las como elas são; valorizar suas ações na melhoria de seu bem-estar e do desenvolvimento; valorizar o já existente e o conseguido por elas, o que já sabem. Esse é nosso ponto de partida.

Devemos fugir de comentar, de ressaltar, de notar entre nós e com eles as carências da comunidade, o que as pessoas não fazem e não fizeram, suas deficiências e defeitos. Muitas vezes manifestamos isto, simplesmente falando constantemente: ‘na Espanha isto’, ‘na Espanha aquilo’...

- Não ajudar a quem não se ajuda a si mesmo.

Quem não se ajuda a si mesmo não tem direito de solicitar ajuda, e não é justo dar a ela quando há pessoas esforçando-se sozinhas sem receber nenhuma ajuda, nenhuma mão amiga. Nós somamos nossos esforços aos daqueles que já se esforçam.

A partir da experiência

- Ser respeitosos, flexíveis e humildes.

Respeitosos, em dois sentidos. Primeiro, com o modo de vida e as respostas ante a vida das pessoas por nós visitadas. As grandes perguntas do homem têm várias respostas possíveis. Nossa verdade não é a Verdade. Segundo, com o contexto concreto no qual vivem neste momento. Por exemplo, é comum ir a lugares com escassez de água. Por isso, é muito importante o uso racional e, inclusive, austero da água e as ações austeras em geral (inclusive em particular. Quando ninguém nos vê).

Flexíveis. Estaremos em uma realidade frágil, onde há graves problemas, deficientes infraestruturas... Por isso, devemos estar preparados pois as coisas podem ser diferentes das que nos disseram antes de partirmos ou para as mudanças ao longo de nossa estadia. Aceitá-la de bom grado e assumi-la em grupo, como uma experiência a mais de aprendizagem do projeto, é a melhor atitude.

Humildes. Haverá muitas coisas que não entendamos. Decisões que não partilhamos. Modos de trabalhar e de organizar o trabalho parecendo errados e/ou absurdos para nós. Ante destas situações cotidianas, nossa reação deve ser a aceitação. Não devemos sugerir, opinar, nem tomar iniciativas por nossa própria conta, a não ser que sejamos expressamente convidados a fazê-lo.

- Ser coerentes em nosso comportamento com o esperado de nós.

Vamos com uma entidade com características determinadas, visão e filosofia. Acolhe-nos uma instituição que, por sua vez, também tem algumas características, visão e filosofia concretas que conhecemos.

As pessoas esperam, pois, inclusive assume, que nos comportemos em todo momento de forma coerente com essa filosofia, visão e características. Deixar de fazê-lo assim é causar um grave prejuízo ao labor futuro da instituição anfitriã e à imagem da entidade que enviou o grupo.

- Não “nos prender” no problema particular de uma pessoa ou família.

Não é de se estranhar que pessoas concretas, religiosos da comunidade, pessoas conhecidas etc., nos peçam ajuda econômica durante o projeto e depois. Nossa resposta deve ser sempre a da ajuda feita através da entidade que nos enviou. As ajudas pessoais não resolvem nada a longo prazo e, sim, geram dependência no beneficiário.

- Não estabelecer relações econômicas pessoais e/ou grupais voltadas ao futuro de caráter exclusivo (sobretudo, nunca em nome da entidade com a qual atuaremos).

Esta é uma tentação habitual. Conhecida uma realidade, “nos apegamos” a ela e ao voltarmos nossos esforços se detém em conseguir ajudas para essa realidade exclusivamente. Tudo o que for organizado deve servir para eles. Inclusive organizamos esquemas de arrecadação de fundos exclusivos para a missão ou para o projeto no qual estivemos. Esta atitude é empobrecedora e reducionista, e prejudica a eficácia do labor global da entidade.

- Não aceitar projetos para devolvê-los na Espanha.

Nem da comunidade de acolhida nem de ninguém. Nossa resposta deve ser a de que o canal de colaboração já está aberto e disponível, e é conhecido, e consiste em apresentar o projeto à entidade que nos envia ou através de ARCORES Nacional.

- Respeitar as normas e cuidar de nós mesmos.

É muito importante respeitar as sugestões que nos passaram, embora pareçam ridículas. É imprescindível cuidar devidamente de nossa saúde e não nos descuidar disso. Uma pessoa doente gera muitas dificuldades (e gastos) na instituição de acolhida e na equipe.

- Não “explorar” por nossa conta.

Sempre que queiramos fazer alguma coisa em nosso tempo livre, consultar primeiro o responsável do projeto sobre a região e seguir suas orientações. Tenhamos cuidado! As coisas não são como em nosso país de origem.

- A chave: as relações entre nós.

Além disso, devemos cultivar tempo para refletir juntos a realidade presente; para orar juntos e compartilhar com a comunidade nossa vivência. Ter tempo de silêncio, de interioridade. De escrever, de pensar.

Contudo, e depois de ter deixado claro meu convencimento da necessidade de uma formação específica, cuidada e obrigatória, creio ser preciso advertir que a formação não é o remédio. A formação por si só, sem os outros elementos chaves, especialmente a acolhida e o acompanhamento pessoal, não é nada.

Quando a pessoa chega à nova realidade, é quando deve reagir e se situar dentro dela adequadamente. A formação recebida será útil, como base

estrutural para se firmar ou como guia para atuar, quando as coisas estiveram ruins ou ante situações inesperadas, somente se encontrar algumas condições mínimas para ser levada em conta.

Se a pessoa se encontra sozinha ou isolada, se não tem espaços para poder dialogar e partilhar, definitivamente, se não há quem a acompanhe em sua experiência, a formação não será útil. A pessoa reagirá de acordo com seus próprios esquemas atávicos, medos, apriorismos etc., sem confiar na formação recebida.

Disponer de estruturas de acolhida e acompanhamento

Esta é, sem dúvida, a questão chave mais descuidada pelas organizações que promovem experiências missionárias. Não obstante, é a que aparece mais claramente quando as experiências são avaliadas. Centrar-me-ei, a seguir, no acompanhamento, entendendo que a acolhida é mais simples de resolver nas organizações, pois se trata de atender, informar e responder com clareza, transparência e esmero àqueles que se aproximam de nossa organização.

É absolutamente necessário o acompanhamento das experiências missionárias: em sua origem e preparação, em sua realização e em sua avaliação e seguimento posterior.

Para um bom acompanhamento, é preciso:

- ✓ Acompanhar os processos de voluntariado, facilitando um compromisso mais profundo, e gerar uma maior responsabilidade e uma participação ativa na organização.
- ✓ Apoiar a constituição de equipes sólidas nas quais as pessoas voluntárias se sintam plenamente integradas.

Para isso, é preciso organizar estruturas, mas, sobretudo, destinar e preparar pessoas concretas.

As organizações promovedoras de experiências missionárias devem compor equipes de pessoas especificamente preparadas, encarregadas de realizar o acompanhamento da experiência. Dito acompanhamento se torna mais necessário e mais exigente, se a experiência missionária é individual e de longa duração, para as pessoas desejosas de a realizar.

Não deveria ter grupo de voluntários de curta duração, nem voluntário/cooperador de longa duração que enfrente a experiência a partir de sua própria origem sem uma pessoa ou equipe a lhe acompanhar na mesma.

Igualmente, não avaliar a realização da experiência com as pessoas, nem ter uma preocupação com a continuidade posterior sucedida em suas vidas (o famoso processo de “descompressão” ou “retorno à realidade cotidiana”), é um fator determinante para frustrar as possibilidades de um compromisso missionário enraizado da experiência e impossibilita aprender com os erros e melhorar a oferta missionária que fazemos.

Facilitar o compromisso

É uma constatação de minha própria experiência de trabalho neste campo, que muitas pessoas que realizaram experiências missionárias não se comprometem, porque não encontram onde fazê-lo. As organizações dispostas a oferecer experiências missionárias ou as que fazem com o objetivo de fomentar um verdadeiro compromisso missionário, não esqueçam de pôr ao alcance das pessoas, uma vez concluída sua experiência de voluntariado missionário, propostas de trabalho, espaços de colaboração para exercer o compromisso como desejarem. Finalmente, durante um tempo elas ainda procuram, uma vez vivida a tensão interna da adaptação e depois do retorno à vida cotidiana, mas se nesses primeiros meses não encontrarem onde atuarem, terminam por desistir e voltar a sua rotina de sempre.

Uma boa maneira de provocar esse compromisso posterior é programar, durante o primeiro ano depois da experiência missionária, encontros com os voluntários cooperadores sendo estes espaços de encontro entre eles, de reflexão e de preparação de ações, de propagação e divulgação da experiência.

Igualmente, a equipe encarregada do acompanhamento, deveria estar disponível, ou melhor, provocar o encontro com os voluntários para, entre outras coisas, informar-lhes sobre possíveis espaços e lugares de compromisso.

Mesmo assim, está demonstrado pela experiência que o compromisso duradouro com a solidariedade e o trabalho pela justiça, depois da experiência missionária vivida, é mais fácil se o voluntário já pertencera a algum grupo, comunidade ou serviço profissional integrado dentro da entidade missionária onde se realizou a experiência. No caso concreto de ARCORES, se já é servidor em um colégio ou se faz parte de um grupo ou comunidade da família agostiniana recoleta.

Por último, é importante lembrar, independentemente das experiências missionárias oferecidas ou não, e considero uma obrigação das ONGs

vinculadas às entidades missionárias serem canal para a participação de todos aqueles desejosos de viver a solidariedade autêntica no campo da Missão, e especificamente daqueles aos quais *incitamos* para que se comprometam através da realização de experiências missionárias.

Aspectos chaves na entidade ou comunidade acolhedora da experiência missionária (ONG, congregação, movimento, grupo etc.)

No esboço e na programação das experiências missionárias, não pensamos muito no papel de julgamento deste sujeito, essencial para sua realização e, por sua vez, é muito “sensível” tanto para as boas como para as más experiências missionárias.

Com o passar dos anos e baseando-se na experiência, especialmente negativa, aprendemos que a entidade de acolhida tem um papel fundamental nestas experiências e é preciso que todos sejamos conscientes disso.

Vale a pena o acolhimento da diocese, congregação ou entidade da Igreja dos voluntários/cooperadores, depois de uma reflexão que, ao menos, permita-lhe definir dois aspectos chaves. Mesmo assim, será preciso atualizar essa reflexão periodicamente. Cada cinco ou seis anos pode ser um período adequado.

Definir uma política clara a respeito das experiências missionárias

Assim como a organização deveria se interrogar sobre si mesma: ‘estou disposta a oferecer experiências missionárias? Por quê? Para que?’. A entidade de acolhida deveria se perguntar precisamente o mesmo: ‘quais modalidades posso oferecer e, de acordo com isso, estabelecer quais os objetivos pretendo alcançar com estas experiências’.

Até agora, a resposta mais comum é a aceitação destas experiências missionárias, porque uma entidade que me ajuda economicamente na realização de projetos e programas ou na sustentação da missão assim me pede. Subjaz o temor de que refutar a petição suponha uma menor ou “mais fria” colaboração econômica.

Esta razão, que é muito difícil de erradicar pela entidade promotora das experiências, por mais que digamos, causou muitos estragos às experiências missionárias e à vida das próprias comunidades de acolhida.

Por outro lado, tal como é vislumbrado o panorama da Missão para as próximas décadas, esta razão não pode se sustentar mais. Urge às entidades

de acolhida nos países de missão decidir se querem ou não estas experiências missionárias em função de si mesmas e da missão “ad gentes”.

Tornarem-se verdadeiras comunidades de acolhida

Uma vez realizada a reflexão proposta no tema anterior, se a resposta foi afirmativa, as comunidades que livremente decidirem aceitar experiências missionárias, devem se tornar verdadeiras comunidades de acolhida.

Isto significa se preparar para tal e assumir a necessidade de uma mudança na vida comunitária, porque nos abrimos ao encontro e à presença de outras pessoas vindas para se enriqueceram conosco e para nos enriquecer.

Concretamente, a comunidade de acolhida deve ter ao menos:

- ✓ um responsável do grupo ou da pessoa vindoura. Refiro-me às questões práticas cotidianas. O trabalho, o alojamento, a manutenção, a folga, as comunicações, a atenção à saúde etc. Esta pessoa deve ser também o interlocutor com a organização promotora e o responsável pela avaliação da experiência com os voluntários/cooperadores e com a organização promotora. Deve participar dos processos de avaliação estabelecidos pela comunidade promotora;
- ✓ um responsável do acompanhamento. Pode ser ou não a mesma pessoa citada acima. Embora para mim pareça que a implicação de outros membros da comunidade nesta tarefa é muito positiva. Esta pessoa estará atenta e disponível para “guiar” a experiência, e favorecer a vivência e compreensão dela quanto ao crescimento pessoal e, por que não, ao discernimento vocacional;
- ✓ espaços de encontro dos voluntários/cooperadores em comunidade: orações, planejamento do trabalho, “passeios comunitários”. Muito importante é a comunidade estabelecer estes espaços e não serem forçados pelos voluntários ou pela própria dinâmica da experiência missionária.

A meu juízo, na reflexão realizada pelas entidades de acolhida, está em jogo boa parte do futuro das experiências missionárias, se queremos que sejam impulsionadoras do compromisso pessoal e relevantes para a Missão.

REPERCUSSÕES DESTAS EXPERIÊNCIAS NA VIDA PESSOAL E COMPROMISSO RESULTANTE

Se a seleção dos participantes é bem-feita, se há cuidado na sua preparação (na formação especialmente), se está clara com o objetivo perseguido e se a experiência é bem acompanhada em sua realização, então as pessoas que a realizam:

- ✓ serão sacudidas pela realidade vivenciada e impelidas a uma transformação pessoal gradual, não isenta de tensões. Debater-se-ão entre voltar ao estilo de vida individualista, consumista, “efêmero”, ou adotar uma vida realmente solidária, empenhada com esforço e na companhia de outros, no bem comum.
- ✓ Adotarão atitudes austeras em sua vida pessoal, porque relativizam enormemente a felicidade radicada no ter e no consumir. Crescerão neste aspecto com pequenos compromissos, iniciados no não desperdício de comida ou no mal uso da água, passando pela reciclagem e reutilização, continuando com o consumo responsável, e chegando ao uso ético de seus aforros.
- ✓ Tornar-se-ão pessoas mais abertas, não apegadas às suas ideias ou valores culturais, mas dispostas a confrontá-los e viverão disponíveis no encontro com o outro.

Todas estas atitudes e este novo estilo de vida austera e compromisso solidário só podem perdurar vivendo em associação com os outros. Por isso, é crucial para as organizações missionárias não só promover estas experiências, mas, sobretudo, dar apoio à incorporação nelas destes “novos missionários”.

Atuando desta maneira, cabe às instituições religiosas, sem nenhuma dúvida, como a família agostiniana recoleta, dialogarem frutiferamente com a cultura do voluntariado tão difundida nos chamados países desenvolvidos, na maioria secularizados, ao mesmo tempo em que essa cultura da vulnerabilidade e da acolhida pede nossa presença e nossa doação.

JAVIER SÁNCHEZ PORTELA
Diretor técnico de ARCORES
Madri (Espanha)



agostinianos
recoletos

Instituto de Espiritualidade e História
Cúria Geral